

Para

ETHAN, MARLEA e ANNELIESE.

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	11
-----------------------	----

PRIMEIRA PARTE

LIBERDADE E NECESSIDADE NO PENSAMENTO REFORMADO: O DEBATE CONTEMPORÂNEO

Introdução: o presente estado da questão	21
1 O pensamento reformado sobre liberdade, contingência e necessidade: preparando o palco para o debate	21
2 Liberdade, necessidade e escolástica protestante: um problema com múltiplas camadas	35
3 Contingência sincrônica: questões historiográficas sobre debate, diálogo e acolhimento na Idade Média e no início da Idade Moderna	45
1. Pensamento reformado e contingência sincrônica	53
1.1 O argumento a favor da contingência sincrônica	53
1.2 A pergunta lógica: acaso a contingência sincrônica resolve a questão da vontade divina e da liberdade humana?	62
1.3 Questões históricas e historiográficas	74
A. Entendimentos alternativos sobre a história desde Aristóteles até a Idade Média	74
B. A questão do escotismo e o pensamento reformado no início da Idade Moderna	81

SEGUNDA PARTE

ANTECEDENTES FILOSÓFICOS E TEOLÓGICOS: ARISTÓTELES, TOMÁS DE AQUINO E DUNS ESCOTO

2. Aristóteles e Tomás de Aquino sobre necessidade e contingência	95
2.1 Aristóteles, Aquino e o debate sobre contingência sincrônica	95

A. Introdução: as questões históricas — transmissão e acolhimento ..	95
B. Aristóteles e Aquino no debate atual.....	96
2.2 A questão da contingência e a implicação da possibilidade em Aristóteles	99
2.3 Os antecedentes medievais:	
Aristóteles, Agostinho, Boécio e o problema da plenitude	119
A. Agostinho e o dilema ciceroniano	119
B. Boécio e o acolhimento medieval de Aristóteles	122
2.4 Aquino e a interpretação medieval de Aristóteles.....	128
2.5 O pensamento de Tomás de Aquino sobre o poder divino, a necessidade, a possibilidade, a contingência e a liberdade	139
A. Aquino e o poder de Deus: absoluto, ordenado e totalmente livre	139
B. Necessidade, possibilidade, contingência e liberdade.....	148
3. Duns Escoto e perspectivas medievais tardias sobre a liberdade	163
3.1 Duns Escoto na avaliação de estudos recentes.....	163
3.2 A distinção entre <i>potentia absoluta</i> e <i>potentia ordinata</i> e a questão da contingência	169
3.3 Contingência sincrônica, potência simultânea e livre escolha	172
3.4 A alternativa escotista em seu arcabouço metafísico e ontológico	190
3.5 Penúltimas reflexões	201

TERCEIRA PARTE

PERSPECTIVAS REFORMADAS NO INÍCIO DA IDADE MODERNA: CONTINGÊNCIA, NECESSIDADE E LIBERDADE NA ORDEM REAL DO SER

4. Necessidade, contingência e liberdade: entendimentos reformados	213
4.1 Liberdade, necessidade e conhecimento divino no pensamento de Calvino e no início da tradição reformada	213
A. O presente debate.....	213
B. O pensamento de Calvino sobre necessidade, contingência e liberdade	217
C. A liberdade e a necessidade no pensamento de Vermigli.....	227
D. O pensamento de Zanchi e Ursino sobre contingência e liberdade	232
4.2 O Deus eterno e a ordem temporal contingente: abordagens reformadas ortodoxas do problema.....	239

A. Ideias reformadas do início da Idade Moderna: a formulação básica	239
B. O desenvolvimento de concepções reformadas de eternidade	244
5. Abordagens escolásticas sobre necessidade, contingência e liberdade:	
perspectivas reformadas do início da Idade Moderna.....	249
5.1 Questões preliminares	253
5.2 Júnio, Gomaro e o início do refinamento escolástico ortodoxo.....	253
A. As controvérsias de Júnio sobre a livre escolha	253
B. O pensamento de Gomaro sobre liberdade e necessidade	260
5.3 William Twisse: contingência, liberdade e acolhimento da tradição escolástica	265
5.4 O pensamento de John Owen sobre contingência e liberdade.....	278
5.5 O pensamento de Voécio sobre livre-arbítrio, escolha e necessidade	285
5.6 O pensamento de Francisco Turretini sobre necessidade, contingência e liberdade humana	292
6. Poder divino, possibilidade e atualidade.....	305
6.1. O fundamento da possibilidade: entendimentos reformados.....	305
A. Significados de “possível” e “possibilidade”	305
B. O fundamento da possibilidade.....	311
6.2 Poder absoluto e ordenado no pensamento reformado do início da Idade Moderna.....	324
A. O problema historiográfico	324
B. Calvino e a <i>potentia absoluta</i>	327
C. Ortodoxia reformada e os dois poderes de Deus	331
7. Concorrência divina e contingência	335
7.1 Abordagens a respeito da concorrência: questões do início da Idade Moderna e o debate acadêmico contemporâneo	335
A. O debate contemporâneo	335
B. Questões do início da Idade Moderna	337
7.2 Concorrência divina no pensamento reformado do início da Idade Moderna	340
7.3 Concorrência, sincronia e livre escolha: considerações não temporais e temporais	343
7.4 Contingência sincrônica e providência: as questões ontológicas	354

Conclusões	369
1 Contingência — sincrônica e diacrônica — e a questão da liberdade humana	369
2 A narrativa histórica — e a questão do “escotismo” reformado.....	376
3 Ortodoxia reformada, determinismo, compatibilismo e libertarismo	382
<i>Índice remissivo.....</i>	<i>387</i>

PREFÁCIO

Este livro é uma daquelas empreitadas que simplesmente crescem por si só. Ele surgiu primeiro como uma proposta de pesquisa que visava a preparação de um texto a ser apresentado como parte de um modelo de workshop educacional no curso avançado que leciono sobre metodologia de pesquisa. Mesmo na fase inicial de proposta de pesquisa — em que se procura apresentar uma hipótese provisória, o estado atual da questão, o problema a ser resolvido, um esboço provisório e uma bibliografia inicial — parecia que, tal qual uma ameba, o texto cresceria demais e se dividiria em duas partes, das quais eu desenvolveria uma delas para apresentação em uma palestra. É claro que elaborar um esboço desses que, pensando melhor, se revelaria grande demais para um único texto foi uma ilustração bem apropriada para uma palestra sobre metodologia! Enquanto me concentrava nas partes — cada uma delas por si só uma ameba intelectual —, ocorreram ampliações e divisões adicionais, mas nenhuma parecia disposta a se desligar da outra. Da proposta de um pequeno estudo desenvolveu-se uma monografia. Desisti de qualquer tentativa de separar as partes como textos independentes e me concentrei no desenvolvimento do todo.

Além do mais, a ideia original do projeto remonta a 1999, quando me encontrei com o grupo de pesquisadores do *Werkgezelschap Oude Gereformeerde Theologie*, na Universidade de Utrecht, na Holanda, e participei de alguns dos debates que conduziram inicialmente ao simpósio publicado com o título de *Reformation and scholasticism: an ecumenical enterprise* [Reforma e escolasticismo: uma empreitada ecumênica] em 2001 e, mais tarde, à publicação de seu trabalho inovador, *Reformed thought on freedom* [Pensamento reformado sobre a liberdade] em 2010. Durante aqueles anos debatemos diferentes interpretações da compreensão reformada no início da Idade Moderna sobre necessidade e contingência, bem como a questão do impacto de Duns Escoto e do escotismo na ortodoxia reformada. Meu círculo de interlocutores aumentou em 2003 com o aparecimento da resposta de Paul Helm à compreensão do grupo de Utrecht

sobre contingência sincrônica como um conceito escotista fundamental intrínseco a formulações ortodoxas reformadas da doutrina da livre escolha humana. Tenho permanecido em diálogo com os dois lados desse debate, e agora, tal como naquela época, me vejo bem firmemente em algum ponto intermediário. Aprendi muito com meus colegas de Utrecht e também aprendi muito com uma longa correspondência com Paul Helm, mas, conforme será prontamente reconhecido por leitores familiarizados com o debate sobre contingência sincrônica, apesar da considerável concordância com os principais aspectos da argumentação de todas as partes envolvidas do debate, cheguei a minhas próprias conclusões. No entanto, sem esses colegas e sem meu diálogo permanente com eles, eu não teria conseguido escrever este estudo.

O debate sobre essas questões é importante para entender abordagens tradicionais da livre escolha humana em sua relação com o conhecimento e a vontade divinos e com o entendimento da tradição reformada em seus desenvolvimentos nos períodos da Reforma e da ortodoxia. A questão de liberdade, contingência e necessidade se presta a um exame atento do pensamento dos reformadores e dos ortodoxos reformados sobre um tópico bem controverso. Oferece também uma janela que permite ver os antecedentes antigos e medievais; os padrões de acolhimento, na tradição reformada, daquela herança mais antiga; e o debate sobre quais elementos da herança — aristotélica, tomista ou escotista — e qual interpretação de tais elementos foram adaptados para uso entre os reformados.

Existem, é claro, duas maneiras fundamentalmente diferentes de abordar esse material e essas questões: uma abordagem filosófica positiva e uma abordagem histórica objetivista. Se as questões fossem tratadas com uma abordagem filosófica positiva, a tarefa do escritor contemporâneo seria avaliar o sucesso ou insucesso dos argumentos filosóficos encontrados nas fontes. À guisa de exemplo, caso se descobrisse que Tomás de Aquino ou Francisco Turretini defenderam tanto uma vontade divina para todas as coisas quanto uma capacidade humana de escolha genuinamente livre, a tarefa filosófica seria analisar e julgar o sucesso da tentativa deles de fazer justiça aos dois aspectos da questão — o divino e o humano —, presumivelmente com base em métodos e pressuposições filosóficos modernos. Se, no entanto, as questões fossem tratadas de forma histórica, a tarefa do escritor contemporâneo seria identificar e analisar os argumentos em sua forma e contexto originais com o propósito de esclarecer a intenção do autor original, sem fazer qualquer juízo quanto ao êxito final de seu argumento para um público moderno, visto que os critérios para fazer esse juízo seriam modernos, e não pertenceriam ao material histórico. Usando o mesmo exemplo de Aquino e Turretini, a questão histórica a ser tratada é se esses pensadores propuseram

argumentos acerca da vontade divina e da liberdade humana, como esses argumentos operaram em decorrência dos critérios da própria época dos autores e como os argumentos contribuíram para uma tradição de argumentação sobre aquele assunto em particular.

No texto que se segue adotarei a segunda abordagem, vendo o assunto historicamente, começando com a questão do papel de Aristóteles no debate tradicional, atentando para o acolhimento de Aristóteles na Idade Média, especificamente em Aquino e em Escoto, e em seguida passando para um exame do pensamento reformado no início da Idade Moderna. Dado que o que se segue é um exercício de história intelectual, não começo com pressuposições *a priori* sobre o que tem de ser filosófica ou teologicamente verdadeiro acerca da necessidade, da contingência e da livre escolha. Meu único interesse é analisar o que dizem as fontes. Considero imprecisa e confusa a terminologia moderna dos “-ismos”. No que se segue, também não defendo uma perspectiva determinista ou indeterminista, nem uma compatibilista, incompatibilista ou libertária. Não faço pressuposições sobre o que a teologia reformada tenha de asseverar; pelo contrário, tento identificar o que teólogos reformados têm asseverado.

Também é importante registrar aquilo que o presente texto não analisa, a saber, a questão da graça e livre escolha na salvação. Este livro não lida com o eterno debate sobre monergismo e sinergismo — e deve estar claro que aquilo que pode ser chamado de determinismo soteriológico não pressupõe nem um determinismo físico nem um metafísico de todas as ações e efeitos, assim como deve estar claro que a pressuposição de livre escolha em assuntos gerais do cotidiano (tal como decidir comer ou não comer um sanduíche de *pastrami* no almoço) não exige uma pressuposição de livre escolha em questões de salvação. Pedro Mártir Vermigli, na era da Reforma, e Francisco Turretini, na era da ortodoxia, apresentaram declarações perspicazes sobre a questão, assinalando que, antes da questão soteriológica da relação da liberdade humana com a graça, havia outras questões fundamentais, a saber, a natureza da necessidade, contingência e liberdade no ser humano e a liberdade contínua de, mesmo em sua condição decaída, os seres humanos fazerem escolhas em sua existência diária. O presente texto se ocupa daquelas questões fundamentais.

A questão a ser tratada não é, então, se as ideias de necessidade, contingência e liberdade constituem, no âmbito da argumentação filosófica moderna, uma argumentação que oferece, quanto à questão da vontade divina e da livre escolha humana, uma solução que atende a uma necessidade filosófica contemporânea. Em vez disso, a questão é se os argumentos encontrados nas obras de Aquino, Escoto e dos reformados no início da Idade Moderna constituíam em

seus próprios contextos e em vista das preocupações deles próprios uma base para entender que Deus faz de várias maneiras com que todas as coisas existam e sejam aquilo que são e, ao mesmo tempo, criou os seres humanos para terem liberdade de escolha. Espero lançar luz sobre o conceito de contingência sincrônica tanto quanto questionar um pouco seu caráter revolucionário, esclarecer o relacionamento dos primeiros reformados modernos com a tradição reformada mais antiga e descrever a natureza do pensamento reformado sobre a liberdade como algo diferente daquilo a que modernos se referem com os termos “compatibilismo” e “libertarismo”. Também espero demonstrar que a solução do debate sobre a posição reformada e sobre contingência sincrônica só pode ocorrer quando a argumentação lógica relativa a liberdade, contingência e necessidade for colocada em seu devido contexto teológico e filosófico, a saber, a compreensão reformada sobre o decreto divino e a concorrência providencial, uma ideia fundamental não registrada no debate entre Vos e Helm.

Devo um agradecimento especial a meus colegas em Utrecht, Willem van Asselt, Anton Vos, Eef Dekker, Andreas Beck e outros membros do grupo Werkgezelschap, e a Paul Helm pela ininterrupta correspondência sobre as questões levantadas neste texto. Sou profundamente grato a David Sytsma, da Tokyo Christian University, pela leitura bastante atenta e perspicaz do texto inteiro, e a Paul Helm por uma série de comentários sobre o penúltimo rascunho — esforço que, em ambos os casos, levou a melhorias significativas no meu argumento. Por sua participação atenta e pelo excelente debate, também sou grato aos muitos alunos que assistiram aos estudos avançados de pós-graduação que ministrei no Calvin Theological Seminary durante os anos em que estive trabalhando no projeto. E, conforme as várias notas de rodapé mostram, também tenho uma dívida de gratidão a alunos cujas teses e artigos publicados têm contribuído para meu próprio conhecimento do assunto. Como sempre, proporcionaram ajuda considerável os bibliotecários do Meeter Center e da biblioteca Hekman, e mais recentemente meus colegas que reuniram obras para a Post-Reformation Digital Library (PRDL) [Biblioteca Digital da Pós-Reforma], sem cujos recursos muitas das obras do início da Idade Moderna citadas nas páginas seguintes não estariam facilmente disponíveis.

Como comentário final, embora o debate acadêmico tenha avançado além do encontro inicial entre Vos e Helm, registro minha surpresa com a inexistência, entre estudiosos, de um debate mais amplo sobre as questões levantadas por *Reformed thought on freedom*, enquanto o livro e seus argumentos a favor do uso do vocabulário de contingência sincrônica entre os reformados do início da Idade Moderna criaram alguma agitação no mundo tipicamente desinformado e imaturo

da internet com seus blogueiros e autores independentes. Afinal, há um volume significativo de textos acadêmicos sobre contingência sincrônica e assuntos correlatos entre filósofos e teólogos medievais — e causa surpresa que a obra cuidadosa e detalhada em que Vos e seus colegas mostram as conexões entre o pensamento reformado do início da Idade Moderna e seus antecedentes medievais não tenha resultado no desenvolvimento de um corpo literário sobre a situação no início da Idade Moderna que se aproxime da densidade da erudição medieval.

Em minha pesquisa preparatória para o que se segue, usei vários bancos de dados on-line e aquilo que eu descreveria como recursos legítimos e academicamente confiáveis. Em vez de aumentar ainda mais a confusão e parecer dar credibilidade imerecida aos argumentos e às afirmações de blogueiros e autores independentes, eu não os citei, embora, tendo em vista estes comentários, é possível que concluam que estou ciente de sua existência.

RICHARD A. MULLER
Lowell, Michigan

Desde toda a eternidade, Deus, pelo sapientíssimo e santíssimo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e imutavelmente tudo o que vem a acontecer. Ainda assim, Deus não é o autor do pecado em consequência disso, tampouco a vontade das criaturas é violada, nem a liberdade ou contingência das causas secundárias é tirada, mas, em vez disso, estabelecida. [...] Embora, em relação à presciência e ao decreto de Deus, a Causa primeira, todas as coisas venham a acontecer de forma imutável e infalível, assim mesmo, pela mesma Providência, ele as ordena que ocorram de acordo com a natureza das causas secundárias, seja necessária, seja livre, seja contingentemente.

*Westminster confession of faith*¹ (1647), 3.1; 5.2

¹Edição em português: *A confissão de fé de Westminster* (São Paulo: Cultura Cristã, 2017).

PRIMEIRA PARTE

**LIBERDADE E NECESSIDADE
NO PENSAMENTO REFORMADO:
O DEBATE CONTEMPORÂNEO**

INTRODUÇÃO: O PRESENTE ESTADO DA QUESTÃO

1 O pensamento reformado sobre liberdade, contingência e necessidade: preparando o palco para o debate

Estudos sobre a teologia reformada mais antiga, seja sobre Calvino, seja sobre o “calvinismo” — em particular quando o foco da investigação tem sido os debates do início da Idade Moderna sobre Armínio, arminianismo e outras formas de teologia sinergista — têm sistematicamente identificado a teologia reformada como uma forma de determinismo. Nos séculos 16 e 17, quando o termo moderno “determinismo” ainda não havia sido cunhado, os debates sobre a compreensão reformada acerca da predestinação levaram, bem no início, às acusações de que Calvino e escritores reformados posteriores ensinaram uma doutrina do fatalismo estoico e identificaram Deus como o autor do pecado — o que, é claro, eles negaram. Começando no final do século 17 e prosseguindo até o 18, o vocabulário do debate começou a mudar com as alterações na linguagem filosófica, e a teologia reformada passou a ser vista por seus adversários como uma forma de determinismo, ainda que os fundamentos filosóficos das formulações reformadas ortodoxas sobre necessidade, contingência e liberdade não coincidissem com os pressupostos filosóficos de deterministas da época, que seguiam a vertente de Hobbes ou Espinosa.

O debate se tornou significativamente mais complexo quando alguns pensadores reformados do século 18 adotaram as premissas das novas filosofias racionalistas e mecânicas e argumentaram abertamente a favor de uma interpretação determinista da doutrina reformada.¹ O pensamento de Jonathan Edwards é

¹Veja George Hill, *Lectures in divinity*, obra editada, a partir do manuscrito pelo autor, por seu filho, rev. Alexander Hill, ministro de Dailly (Philadelphia: Herman Hooker, 1842 [texto baseado na segunda edição, publicada em Edimburgo]), p. 599, que cita positivamente Israel Gottlieb Canz,

paradigmático desse novo determinismo,² e à medida que Edwards tem sido identificado como “calvinista”, sua obra explica boa parte da identificação mais recente da teologia reformada como determinista.

O problema historiográfico fica ainda mais complicado em virtude da obra de Alexander Schweizer, Heinrich Heppe e J. H. Scholten no século 19, quando a predestinação era identificada como um dogma central a partir do qual teólogos reformados deduziam todo um sistema.³ Entre esses autores, Schweizer também sustentava que a causalidade secundária estava tão dependente da causalidade primária de Deus a ponto de deixar Deus como o único e real ator ou motor. A leitura determinista que Schweizer faz não apenas de Calvino, mas também da ortodoxia reformada posterior, foi amalgamada com o uso que Heppe faz da *Tabula praedestinationis*, de Beza, produzindo o esboço de um sistema teológico, o que transmite a ideia de que a ortodoxia reformada escolástica é um sistema altamente filosófico e totalmente determinista, tornando-se, em última análise, um prólogo — senão uma forma — do racionalismo do início da era moderna.⁴

Philosophiae Leibnitianae et Wolfianae usus in theologia per praecipua fidei capita (Frankfurt: sem editora, 1733-1735), 2 vols., e faz referência a obras como Daniel Wyttienbach, *Tentamen theologiae dogmaticae methodo scientifico pertractatae* (Frankfurt: Joh. Benj. Andreae et Henr. Hort, 1747-1749), 3 vols.; e Johann Friedrich Stapfer, *Grundlegung zur wahren Religion* (Zürich, 1746-1753), 12 vols.; ibidem, *Institutiones theologiae polemicae universae, ordine scientifico dispositae*, 4. ed. (Zürich: Heidegger, 1756-1757), 5 vols.; ibidem, *Theologia analytica* (Bern: Typographica Illust. Reipublicae Bernensis, 1761).

²Cf. George Park Fisher, “The philosophy of Jonathan Edwards”, *North American Review*, 128/268 (1879), p. 289-93; Conrad Wright, “Edwards and the Arminians on the freedom of the will”, *Harvard Theological Review*, 35/4 (1942), p. 241-61; com Richard A. Muller, “Jonathan Edwards and the absence of free choice: a parting of ways in the Reformed tradition”, *Jonathan Edwards Studies*, 1/1 (2011), p. 3-22.

³Dessa maneira, especialmente Alexander Schewizer, *Die protestantischen Centraldogmen in ihrer Entwicklung innerhalb der reformierten Kirche* (Zürich: Orell, Fussli, 1854-1856), 2 vols.; J. H. Scholten, *De Leer der Hervormde Kerk in hare Grondbeginselen, uit de Bronnen Voorgesteld en Beoordeeld* (Leiden: P. Engels, 1848-1850), 2 vols., II, p. 2-12; Heinrich Heppe, “Der Charakter der deutsch-reformirten Kirche und das Verhältniss derselben zum Luthertum und zum Calvinismus”, *Theologische Studien und Kritiken*, 1850 (Heft 3), p. 669-706.

⁴Schweizer, *Glaubenslehre* I, p. 319-21, citando Zuínglio, Calvino, Hyperius, Vermigli, Aretius, Wollebius, Heidegger, Rijssen, Maresius e Alsted; cf. Barth, *Church dogmatics*, III/3, p. 96-7; e observe *Tabula*, de Beza, conforme reproduzida em Heppe, “Character”, p. 672 (em parte); e ibidem, *Reformed dogmatics set out and illustrated from the sources*, prefácio de Karl Barth; revisão e edição de Ernst Bizer; tradução para o inglês de G. T. Thomson (London: George Allen & Unwin, 1950), p. 147-8. Quanto à questão de ortodoxia e racionalismo, veja Ernst Bizer, *Frühorthodoxie und Rationalismus* (Zürich: EVZ Verlag, 1963); e Hans Emil Weber, *Reformation, Orthodoxie und Rationalismus* (Gütersloh: Gerd Mohn, 1937-1951), 2 vols. em 3 partes.